

Colômbia: do surgimento das guerrilhas ao Plano Colômbia

Renato Barbieri¹

“Há mais coisas no céu e na terra, Horácio, do que pode sonhar tua filosofia.”

(SHAKESPEARE, William. *Hamlet*)

Guerrilhas e Resistências na Colômbia

A República da Colômbia tem uma longa história de resistência popular organizada contra os governos das classes dominantes que exploram a população pobre do país. Voltando no tempo nos reportaremos ao Novo Reino de Granada (Colômbia), onde em 1781 nasceu o Movimento Comunero, que veio a se constituir em uma das resistências anticoloniais de maior importância do século XVIII. Os “Comuneros” reivindicavam e colocavam em xeque as autoridades espanholas que dominavam a região e comandaram as lutas daquele povo colombiano. Lutas essas que teriam seu apogeu na campanha de Simon Bolívar pelo fim do colonialismo espanhol e pela Independência política da Colômbia e das regiões vizinhas.

Avançando no tempo chegamos ao século XX, quando aparecem as primeiras guerrilhas colombianas motivadas pelo “El Bogotazo”, que foi uma insurreição popular ocorrida em abril de 1948, a qual foi traída pelos líderes do Partido Liberal durante o governo do presidente Mariano Ospina Pérez. A partir daquele momento os camponeses se levantaram empunhando as bandeiras de luta contra a ditadura estabelecida no país e, principalmente, pela reforma agrária. Quase todos os núcleos guerrilheiros eram influenciados pelo Partido Comunista Colombiano e pelas forças militares insurgentes originárias do Partido Liberal. O confronto dos movimentos guerrilheiros cresceu e passou, em pouco tempo, de uma reação à violência do governo para reivindicações de conteúdo social mais intenso.

No ano de 1953, assume a presidência o general Gustavo Rojas Pinilla e as guerrilhas do Partido Liberal depõem as armas, estabelecendo um acordo com o governo do Partido Conservador. Essa deposição gerou um ataque do Exército colombiano

contra as guerrilhas comunistas e os focos liberais que resistiam. O resultado da deposição das armas não podia ter sido outro: A traição do governo e das classes dominantes, resultando no assassinato das principais lideranças guerrilheiras.

Em 1964, ano em que surge o núcleo guerrilheiro que se transformará nas Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC, tem início a “Operação Marquetalia”. Essa operação foi desencadeada pelo governo colombiano com apoio dos Estados Unidos da América – EUA, através do Plano OSAL (Operação de Segurança da América Latina), o qual visava derrotar as regiões de autodefesa camponesa organizadas da Colômbia. Durante o governo do presidente Guillermo León Valência Muñoz, a Operação Marquetalia deslocou um contingente de 16.000 soldados do exército colombiano, apoiados por helicópteros, aviões e instrutores norte-americanos, o que derrotou momentaneamente as guerrilhas, dentro da estratégia militar dos EUA para a América Latina conhecida como Doutrina de Segurança Nacional. Essa doutrina tinha seu ponto de irradiação na Escola das Américas, com sede no Panamá, e na Aliança para o Progresso instituída pelo governo do presidente dos Estados Unidos John Fitzgerald Kennedy.²

A derrota das guerrilhas obrigou-as a uma reestruturação através de duas conferências guerrilheiras, em 1965 e 1966, a primeira no governo de Muñoz e a segunda no governo de Carlos Lleras Restrepo. Na primeira conferência foram definidos os planos de ação militar, política, de organização, educação e propaganda, fixando como objetivo prioritário a subsistência do movimento guerrilheiro

¹ Professor de História da Prefeitura de Porto Alegre – RS.

² SCHILING, Voltaire. *Estados Unidos e América Latina: da Doutrina Monroe à Alca*. 5ª ed. Porto Alegre: Leitura XXI, 2002.

unido que então passou a denominar-se “Bloque Sur”.

Na segunda conferência, o “Bloque Sur” passa a denominar-se Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia - FARC, definindo a tática de expandir a ação da guerra de guerrilha móvel a outras áreas do país. Surgem nesse momento outras organizações guerrilheiras na Colômbia. As principais são o Exército de Libertação Nacional – ELN, da qual fazia parte o padre guerrilheiro Camilo Torres, assassinado em 1966, e o Exército Popular de Libertação - EPL. Nos anos 70 irá se constituir o Movimento Revolucionário 19 de Abril - M-19.

Com relação ao surgimento desses movimentos guerrilheiros na Colômbia, as FARC, de orientação marxista, aparecem em resposta à violência dos grandes proprietários rurais. Já o ELN (orientação marxista-leninista), o EPL (orientação maoísta) e o M-19, têm como centro político e ponto principal de suas atividades o movimento operário, sindical e popular.

Porém, essas organizações guerrilheiras se viram obrigadas a atuar no campo, entrando em guerra contra o exército colombiano. No entendimento da Liga Bolchevique Internacionalista – LBI (Brasil), do Partido Obrero Revolucionário – POR (Argentina), do Grupo Trotskista Ortodoxo (Brasil), do Comitê de Enlace de Militantes por una Internacional Comunista Revolucionária (CEMICOR): Poder Obrero (Bolívia-Peru), do Grupo Comunista Operário (Nova Zelândia) e do Grupo Solidaridad (Alemanha): “o conjunto dessas guerrilhas tem características de serem movimentos armados pequeno-burgueses, com base social no campo, que desejam criar um espaço político democrático para a oposição burguesa, fortalecendo a economia nacional, sem alterar as relações de classe, numa espécie de ‘reformismo armado’”.³

O mesmo artigo afirma que “a estratégia das FARC-EP consiste em pressionar a burguesia a fazer algumas reformas no regime político e em suas instituições, constituindo-se em uma força auxiliar de um futuro governo democrático-burguês como revela a Declaração da Comissão Internacional das FARC-EP/maio de 1998: “*Qualquer processo que se inicie deve ter como tarefa a concretização de uma assembléia constituinte que mude na Colômbia, as relações de poder em favor dos setores populares*”. Diz ainda a Declaração que o processo de paz deve “...contribuir para a organização e luta dos colombianos por uma pátria generosa e democrática, para a constituição de um governo de reconciliação e

reconstrução nacional, pluralista, democrático e patriótico””.⁴

O peso decisivo das organizações guerrilheiras no movimento de massas explica uma das contradições mais difíceis de compreender na Colômbia: que ela seja um país com 70% da população localizada nos grandes centros urbanos, com um desenvolvimento fabril e capitalista similar ao dos países do cone sul do continente americano, mas cujo proletariado não realiza movimentos contestatórios e greves que sacudam o país.

Durante os anos 1970 e 1980, vários presidentes dos partidos Liberal e Conservador se revezaram no governo colombiano. Misael Eduardo Pastrana Borrero, Alfonso López Michelsen, Júlio César Turbay Ayala e Belisário Betancour Cuartas agudizaram a crise econômica do país e as revoltas camponesas tornaram-se mais intensas. As FARC e os demais grupos guerrilheiros estiveram à frente dessas mobilizações.

Na sétima conferência guerrilheira, em maio de 1982, no governo Betancour, a guerrilha conhecida como FARC decidiu converter-se em Exército do Povo, passando a se chamar Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo – FARC-EP, o que significou uma profunda transformação da ação militar da guerrilha, pois o movimento ampliou sua base dirigente aos setores até então excluídos do movimento.

Em 1984, as FARC-EP assinam com o presidente Belisário Betancur um acordo de cessar fogo, trégua e paz (Acordos de la Uribe), integrando-se à oposição civil e criando um novo movimento, a União Patriótica – UP.

Esse ato da guerrilha demonstrou-se catastrófico na prática, pois após a assinatura dos acordos de paz foram assassinados em torno de 5.000 dirigentes da União Patriótica pelas forças paramilitares e pelo Exército colombiano. Muitos dos parlamentares eleitos pela UP foram mortos, fazendo com que as FARC-EP rompessem a trégua e retornassem à guerrilha armada, da qual nunca deveriam ter saído.

Em 1987, durante o governo do presidente Virgilio Barco Vargas, organiza-se a Coordenação Guerrilheira Simon Bolívar – CGSB, agrupando a totalidade dos insurgentes colombianos.

No governo de César Augusto Gaviria Trujillo, em 1990, o M-19 e um setor do EPL depuseram as armas e se incorporaram à oposição parlamentar colombiana para concorrerem às eleições em todos os

³ ABAIXO a intervenção imperialista na Colômbia! Unir a luta do movimento operário com a ofensiva militar da guerrilha para pôr abaixo o governo Andrés Pastrana e o domínio imperialista e burguês!. Disponível em:

<<http://www.us.geocities.com/pormasas/Portugues/colport.html?2000628>>. Acesso em 30 de março de 2006.

⁴ Idem.

níveis no país. O dirigente do M-19, Navarro Wolf, tornou-se ministro da saúde do governo Gaviria.

Nesse período as guerrilhas perderam consideravelmente parte de sua força política devido à crise no Leste Europeu e ao desmantelamento da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas – URSS e se viram obrigadas a buscar novas fontes de recursos para financiar a guerrilha nas suas necessidades de armamentos e subsistência dos combatentes. As FARC-EP criam o “imposto revolucionário”, taxa de 5% cobrada dos narcotraficantes nas regiões de refino e exportação de cocaína sobre o total da produção da droga. Com esse dinheiro a guerrilha adquiriu um arsenal bélico que a colocou em pé de igualdade com o Exército colombiano e com os movimentos paramilitares financiados por latifundiários, narcotraficantes e por setores “desconhecidos” que acredita-se incluíam desde o governo colombiano e os grandes capitalistas, até recursos vindos dos EUA que poderiam estar sendo repassados pela Agência Central de Inteligência – CIA e pela Agência Anti-narcóticos - DEA.

A partir do final dos anos 1990, nos governos de Ernesto Samper Pizano e Andrés Pastrana Arango, acontece um crescimento exponencial das FARC-EP e do ELN. As primeiras se tornam um referencial de oposição ao governo Pastrana e passam a ser uma das guerrilhas mais atuantes no planeta. As FARC-EP têm domínio sobre 5 Estados (Departamentos) da Colômbia: Puntumayo, Caquetá, Guaviare, Meta e Vichada. Influenciam quase a totalidade das 1.000 cidades colombianas. Com um efetivo de cerca de 17.000 guerrilheiros e guerrilheiras, vêm expandindo seu território sob a liderança do Comandante em Chefe, Manuel Marulanda Vélez, também conhecido como “Tirofijo” (Tiro Certo). Além de Vélez, compõem o Pleno das FARC-EP os comandantes Timoleón Jiménez, Raúl Reyes, Ivan Márques, Alfonso Cano, Efraín Guzmán e Jorge Briceño.

Esse crescimento das FARC-EP mostrou-se produto do vazio político existente na Colômbia em função da integração da esquerda ao Estado burguês, tanto com relação às ex-organizações guerrilheiras como à oposição civil burguesa. Esse posicionamento reforçou a necessidade dos camponeses combaterem o governo com a luta armada.

O ELN, de orientação marxista-leninista, é comandado por Antonio García e conta com um efetivo aproximado de 6.500 combatentes. Sua área de atuação está ao nordeste da Colômbia em departamentos que fazem parte da Cordilheira dos Andes Oriental.

Para a LBI, POR e os organismos ligados a eles,

“o Partido Comunista, o MOIR - Movimento Operário Independente e Revolucionário - e as centrais sindicais (a CUT, CGTD e a CTC, além da Federação Nacional dos Educadores – FECODE), vêm tendo uma política de sistemática colaboração de classes, colocando-se sempre como forças auxiliares dos partidos burgueses tradicionais...a inexistência de um forte partido ligado ao movimento de massas nas cidades, a decomposição da ex-esquerda foquista, com seu completo fracasso ao tentar se credenciar como alternativa política no campo da oposição burguesa, deixou um espaço político que vem sendo ocupado rapidamente pelas FARC-EP, crescimento esse ligado também umbilicalmente ao avanço da crise social colombiana”.⁵

No ano de 1998, Andrés Pastrana iniciou negociações de paz com as guerrilhas colombianas e com as autodefesas unidas da Colômbia. Em San Vicente Del Caguán, zona desmilitarizada aconteceram durante quatro anos uma série de negociações que na prática se mostraram infrutíferas. As guerrilhas exigiram como condição para o diálogo a retirada total do Exército colombiano de quatro municípios ocupados pelas FARC-EP (La Uribe, Mesetas, Vista Hermosa e La Macarena) e o fim das atividades dos grupos paramilitares, principalmente das Autodefesas Unidas da Colômbia – AUC, grupos que torturam, massacram, ameaçam, seqüestram e assassinam indiscriminadamente a população desarmada e que contam com um efetivo de aproximadamente 9.000 homens.

Na semana seguinte ao início das negociações de paz, as AUC mataram 148 pessoas na Colômbia. Após várias tentativas de acordo, o líder da AUC, Carlos Castaño, aceitou participar da mesa de negociação, propondo (apenas de fachada) a criação da Assembléia Nacional de Paz, organismo que contaria com a participação de entidades internacionais.

As guerrilhas defenderam a instalação de uma mesa de diálogo com o governo colombiano para juntos, governo e guerrilhas, buscarem a paz com justiça social, através de medidas políticas, econômicas, sociais e estruturais que acabem com as profundas desigualdades sociais expressadas pela crise que afeta a Colômbia.

Com base nesse programa, realizou-se em 07 de janeiro de 1999, a primeira negociação de paz entre as guerrilhas e o presidente colombiano Andrés Pastrana, em San Vicente del Caguán, no departamento de Meta.

O presidente Pastrana buscou a negociação com o objetivo de deter o crescimento das forças

⁵ Idem.

populares. O enfrentamento com a guerrilha poderia gerar um crescente clima de revolta do movimento operário, popular e camponês, agravando-se devido à crise social. Os diálogos com as guerrilhas foram intensificados, por parte do governo, durante a greve dos professores em maio de 1999, visando a desmobilização do movimento, e receberam apoio, através de uma visita na selva colombiana, do presidente da Bolsa de Valores de Nova Iorque, Richard Grasso.

No dia 21 de setembro de 1999 (nove meses após a primeira negociação de paz), realizou-se, em Washington, uma entrevista com o presidente Bill Clinton e sem que o Congresso colombiano fosse consultado, o presidente Pastrana anunciou um plano de desenvolvimento “pela paz, pela prosperidade e pelo fortalecimento do Estado”. Esse plano foi chamado de Plano Colômbia e custaria US\$ 7,5 bilhões, sendo que US\$ 3,5 bilhões viriam de ajuda externa (US\$ 1,6 bilhão dos EUA) e os restantes seriam a contrapartida da União Européia e do governo colombiano.

O plano era ambicioso, mas enquanto ele pregava a paz e os olhos do mundo estavam voltados para as negociações de San Vicente del Caguán, na prática o dinheiro recebido era empregado para fortalecer, equipar e treinar o exército colombiano, que sob a pressão de Washington, apenas declarava estar em guerra contra as drogas, negando veementemente a natureza social e política do conflito.

Em 2002, com a chegada ao poder do presidente Álvaro Uribe, que fez sua campanha de eleição com a promessa de usar todo o peso do aparato militar para derrotar os guerrilheiros esquerdistas que, segundo ele, levaram o país ao descalabro, foi confirmado no governo um “serviçal” aos Estados Unidos da América. Já no início de seu governo não reconheceu as guerrilhas do país. Isso implicou na não aceitação do conflito armado, o que quer dizer que as FARC-EP e o ELN, entre outros grupos guerrilheiros, foram tratados como grupos terroristas, melhor dizendo, como “narco-terroristas”, expressão criada em Washington.

No período de 2002 a 2005, Uribe negou-se a negociar com as lideranças das guerrilhas e o Plano Colômbia continuou a ser implementado. Porém, os resultados da ação militar não foram os esperados. As guerrilhas resistiram aos ataques do exército e dos paramilitares colombianos, fortalecendo-se, ao invés de enfraquecer, como queria o governo.

Para combater com mais intensidade as guerrilhas, foi criado o fracassado Plano Patriota, continuação do Plano Colômbia, que visava atacar o cerne das FARC-EP e do ELN nas áreas em que estas guerrilhas atuam.

No final de 2005, o presidente mudou de tática. Após perder apoio financeiro dos EUA, os quais enfrentaram dificuldades devido à devastação causada pelo furacão Katrina, em Nova Orleans, que causou estragos na ordem de centenas de milhões de dólares, Uribe propôs negociações aos grupos guerrilheiros e pediu a mediação da ONU no conflito.

Hoje, a Colômbia tem um exército treinado e equipado pelos EUA, graças aos recursos recebidos pelo Plano Colômbia. Embora saiba que não poderá derrotar a guerrilha, Uribe tem em mente obrigá-la a negociar em situação de inferioridade.

O Plano Colômbia e a Área de Livre Comércio das Américas – ALCA, são os braços de uma “pinça” que, junto com a instalação de bases militares na América Latina, visam um objetivo maior.

Combater o narcotráfico, na verdade, é um pretexto para maquiagem os verdadeiros propósitos dos EUA, entre eles uma futura intervenção para controlar essa região vital do planeta que é a Floresta Amazônica. Nesse aspecto, a guerrilha vem a se tornar o principal empecilho e resistência à militarização da América Latina e a uma intervenção que pode colocar em risco o domínio dos EUA na região Amazônica.

Bases militares instaladas na América Latina com a participação dos EUA	
Países	Bases
Colômbia	Três Esquinas, Larandia e Porto Leguízamo
Equador	Manta
Peru	Iquitos e Nanay (Zona Amazônica)
Argentina	Terra do Fogo
Bolívia	Rio Itonamas
Aruba	Rainha Beatriz
Curaçau	Hato
Honduras	Soto Cano (palmerora)
Costa Rica	Libéria
El Salvador	Comalapa
Cuba	Guantánamo
Porto Rico	Vieques

Fonte: GARCIA <<http://www.marxismalive.org/homeportugues.html>>

Financiamento dos Estados Unidos ao Plano Colômbia e seu destino	
Distribuição dos recursos investidos pelos EUA no Plano Colômbia (em milhões de US\$)	
Apoio às tarefas de erradicação no sul da Colômbia – “Golpe ao Sul da Colômbia”	416,9
Apoio aos programas de interdição	378,6
Apoio à Polícia Nacional da Colômbia	115,6
Apoio ao desenvolvimento econômico e alternativo (incluindo programas nacionais e no sul da Colômbia)	106,0
Apoio a outros programas regionais e ao processo de paz	183,0
Total do apoio dos EUA ao Plano Colômbia	1.319,1

Fonte: GARCIA <<http://www.marxismalive.org/homeportugues.html>>

Colômbia: A Porta de Entrada para a Internacionalização da Amazônia

Na Geopolítica, por definição, considera-se um país ou Estado como sendo estratégico quando seu território satisfizer a uma destas duas condições: possuir riqueza ou possuir uma boa localização. Se ele satisfizer as duas melhor, será perfeito.

Com relação à região Amazônica, da qual faz parte a Colômbia, esta apresenta com nitidez essas duas características: riqueza e localização. Com a Nova Ordem Mundial que se estabeleceu nas últimas décadas do século XX, os EUA sustentam o fim das fronteiras nacionais dos países que integram a periferia do capitalismo mundial. Recai sobre os povos da América a culpa pelos desastres ambientais e de infração dos direitos humanos, como se os EUA não tivessem devastado suas florestas e exterminado seus índios (nativos). Contestam a capacidade gerencial dos países americanos com ações e um discurso de internacionalização da região amazônica.

Os laboratórios farmacêuticos dos EUA e da Europa têm mantido biólogos e pesquisadores em terras amazônicas, convivendo com as tribos indígenas e, repetidamente, patenteado plantas, raízes, frutos e substâncias animais que compõem a biodiversidade da Floresta para a fabricação de diversos remédios.

A Floresta Amazônica conta com 80% da matéria-prima bioenergética do planeta. Tem um parque protéico (peixes, castanhas, óleos) capaz de alimentar o planeta Terra com os seus mais de 6 bilhões de habitantes por 100 anos (um século). Seu manto vegetal é produtor de oxigênio, redutor de gás carbônico e regulador das chuvas e da temperatura do planeta. É uma região de salubridade cadastrada pela Organização do Tratado do Atlântico Norte – OTAN, para eventual refúgio da raça humana em caso de catástrofe nuclear no planeta. Seu território constitui uma reserva para a expansão agrícola, demográfica e comercial. É um potencial mercado para a ALCA. A Floresta abriga inúmeras espécies vegetais e animais conhecidas e outras ainda desconhecidas. As várzeas ribeirinhas, mais férteis que as do Rio Nilo, permitem várias colheitas anuais, com nenhum custo e com o mínimo esforço humano. Segundo o engenheiro dos EUA, Hamilton Rice, que em 1924-25 chefiou uma expedição exploratória nas proximidades das Guianas, “*só o Rio Branco é suficiente para salvar da ruína qualquer país do mundo*”⁶.

Como resultado da expedição de Rice, os Estados Unidos enviaram à região o geólogo da

subsidiária da Standard Oil do Peru, Mr. Pike, que ao regressar, assim escreveu: “*Não compreendo como se dorme tantos anos sobre uma riqueza como o petróleo. Na Amazônia há mais petróleo do que água*”⁷. A Colômbia, o Equador e a Venezuela, países que fazem parte da Floresta Amazônica, possuem jazidas de petróleo. A Venezuela, inclusive, possui a maior jazida conhecida de petróleo do planeta.

Proporcionalmente ao planeta Terra, a Amazônia conta com o maior parque de minerais no subsolo. Grandes jazidas de ferro, manganês, ouro, prata, urânio, bauxita e diversos outros minerais estão adormecidos no subsolo ou são extraídos em grande quantidade na região.

A Bacia Amazônica, maior bacia hidrográfica do mundo, conta com 6,4 milhões de km² distribuídos por nove países sul-americanos: Colômbia, Brasil, Guiana Francesa, Suriname, Guiana, Venezuela, Peru, Equador e Bolívia. A energia elétrica da região se constitui numa riqueza quase inexplorada.

A Floresta Amazônica conta, também, com as maiores reservas de água potável do planeta (cerca de 25%). Na água dos rios da Floresta é que reside uma das maiores riquezas do século XXI, a **água potável**. Sabemos que as reservas mundiais de água doce estão se esgotando e que nos próximos anos a maioria da população do planeta terá carência desse líquido precioso. Hoje, apenas 2,5% da água do planeta é doce. Os restantes 97,5% da água é salgada e está localizada nos mares e oceanos. A maioria da água potável está nos pólos Sul e Norte, em forma de gelo (1,75%). O resto está dividido entre lençóis freáticos (0,74%), pântanos (0,09%) e rios e lagos (0,01%). É pelo controle da água da Amazônia que a companhia de água de Manaus (AM) foi privatizada há alguns anos e parte de seu capital é dos EUA.

Porém, a maior riqueza cobiçada pelos Estados Unidos na região amazônica – leia-se Colômbia – é a cocaína. Produzida no país e escoada pela Floresta Amazônica, a droga tem se tornado o centro da discussão sobre a região. Dados do sociólogo estadunidense, James Petras, revelam que a produção anual de cocaína é de 1.000 toneladas. A rede de produção, refino e distribuição dessa droga movimenta as maiores máfias mundiais como a La Cosa Nostra, dos EUA; a Camorra e a Cosa Nostra italianas; a máfia chinesa; a Yakuza japonesa e a máfia russa, além de grupos empresariais, políticos e bancos do mundo todo. Para Petras, o lucro obtido com todo o processo da cocaína, desde a produção até a venda ao consumidor final, movimenta algo em torno de

⁶ BRASIL, Altino Berthier. Geopolítica da Amazônia Brasileira. In. CARRION, Raul K. M. VIZENTINI, Paulo G. Fagundes (org.). *Globalização, neoliberalismo, privatizações: quem decide este jogo?* Porto

Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 1997. p. 211.

⁷ BRASIL, op. Cit., p. 211.

US\$ 500 bilhões. Esse dinheiro é lavado de várias formas, inclusive por bancos dos EUA: Citybank e o BankBoston⁸.

Apenas o narcotráfico colombiano representa cerca de 30% do PIB do país. Esse filão de “ouro branco” é um dos principais motivos pelo qual os EUA buscam justificar uma intervenção na Colômbia.

O Comandante Raúl Reyes, do Secretariado do Estado Maior Central das FARC-EP, considera o narcotráfico como um grave problema da Colômbia e do mundo, porém não o principal. Na proposta de plataforma para um governo de reconstrução e reconciliação nacional da guerrilha, são apresentados elementos para o fim da produção, comercialização e consumo de narcóticos e alucinógenos. Esse fenômeno é entendido como um problema social que não pode ser tratado pela via militar, pois requer acordos com a participação das comunidades nacional e internacional e o compromisso das grandes potências mundiais, hoje as principais consumidoras de drogas.

As FARC-EP admitem que cobram uma taxa de 5% sobre a droga que sai da Colômbia, porém afirmam não ter qualquer outro vínculo com o narcotráfico. Por princípio e por ética são contrários ao narcotráfico por entender que ele é incompatível com a democracia e a cidadania, pois gera corrupção, impunidade e criminalidade. Denunciam as políticas antidrogas do governo que afetam os pequenos cultivadores de folha de coca, os quais são expulsos de suas terras e perdem seus poucos bens. A repressão é dirigida a essas maiorias camponesas que estão longe de serem narcotraficantes e somente subsistem com atividades relacionadas à droga porque são forçados pelas circunstâncias, pois de outra forma não teriam como ganhar um mínimo para o seu sustento. Os camponeses se organizam em defesa das suas vidas e não em defesa da coca.

Os verdadeiros narcotraficantes, milionários devido aos altos lucros com a venda do produto final do refino da coca, formaram redes de proteção que os permitem continuar seu negócio sem interferências do governo, pois são eles que financiam as campanhas eleitorais colombianas.

Na Colômbia, 70% das terras cultiváveis, estão nas mãos de narcotraficantes e dos seus testas-de-ferro. Essas terras foram adquiridas com o dinheiro do tráfico e através da falência de pequenos proprietários com a aplicação das políticas neoliberais, o que transformou o país no maior produtor de folha de coca do mundo.

O governo dos EUA obriga o governo colombiano a destruir as plantações de coca, dentro de programas de lutas antidrogas, pulverizando as pequenas lavouras com desfolhantes químicos que destroem o ecossistema. A cada dia a Floresta Amazônica é desmatada para o aumento das plantações de coca longe das zonas de pulverização.

A estratégia consiste em pulverizar herbicidas sobre as plantações de coca, equipar e treinar policiais, prender os principais traficantes e extraditá-los para cumprir penas intermináveis nas prisões americanas. O objetivo da operação é criar barreiras que elevem o preço do papelote nas ruas para, assim, reduzir o consumo.

Há evidências de fumigações com o *Fusarium Oxyporu*, fungo que além de destruir a folha de coca ameaça as culturas da banana, café, cacau, batata, baunilha, girasol, aspargos, cravos, palma africana, milho, feijão, borracha, noz, tabaco, além de bosques, entre outros. O fungo pode se manter vivo nos produtos mencionados, durante o consumo humano e há o risco dele se espalhar pela Floresta Amazônica.

Com base nos dados apresentados, podemos afirmar que o governo dos EUA e as empresas transnacionais americanas na Colômbia buscam, através do Plano Colômbia criar as condições propícias para estabelecer uma zona comercial viável para o futuro da economia dos EUA. A intervenção militar na região tornaria possível controlar toda a riqueza existente na Amazônia.

Existe na Colômbia uma oposição popular ao processo privatizador neoliberal que está sendo implementado pelo governo de Álvaro Uribe. O Plano Colômbia tenta ser um plano de paz que garanta a tranquilidade para que o Estado colombiano se consolide e possa exercer o poder em todo o território colombiano, mas tem conseguido somente exercer o poder militar forte sobre a população e sobre as guerrilhas, que longe de estarem sendo derrotadas, saem cada vez mais fortalecidas deste processo.

Planos militares e econômicos dos Estados Unidos para a América Latina		
Plano Colômbia	Com o alibi de lutar contra o narcotráfico, busca combater os grupos guerrilheiros (FARC/ELN). O financiamento é provido, em sua maioria pelos EUA e União Européia.	Desenvolve-se em todo o território colombiano, especialmente na zona de Putumayo, e inclui área do Amazonas.
Plano Dignidade	Este avanço colonialista foi disfarçado de luta contra o narcotráfico e se propõe à erradicação das plantações de coca na Bolívia. Começou em 1998.	Abrange a região cocalera de Chapare, na Bolívia.

⁸ PETRAS, James F. *Neoliberalismo: América Latina, Estados Unidos e Europa*. Blumenau: Ed. FURB, 1999.

Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)	Impor uma área econômica continental que garanta a expansão e os lucros, com baixos custos trabalhistas às multinacionais ianques. Sua preparação foi secreta, com previsão inicial de implantação para janeiro de 2005.	Pretende incluir 34 países (exceto Cuba) da América do Sul, América do Norte e América Central.
NAFTA	Acordo firmado no início de 1994. Facilitou a espoliação dos trabalhadores por meio das maquiadoras instaladas na fronteira ianque-mexicana. Permitiu que os EUA aprofundassem o controle migratório de latinos.	Participam EUA, México e Canadá.
Tratado de Livre Comércio EUA-Chile	Acordo firmado em junho de 2000 com objetivos similares ao NAFTA. Busca preparar o terreno, na América do Sul, para a implantação da ALCA.	Somente EUA e Chile.
Plano Puebla Panamá (PPP)	Projeto criado pelo presidente mexicano Fox e está dirigido aos estados do sudeste do México (incluindo o estado de Chiapas) e os países da América Central. Busca facilitar os investimentos estrangeiros privados, privatizar empresas de serviços públicos e controlar fluxos migratórios aos EUA.	Envolve o México, Belize, Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua e Panamá.
Plano Iniciativa Regional Andina	Extensão do Plano Colômbia que inclui aspectos militares e comerciais direcionados aos países da região andina que circundam a Colômbia. Foi criado em 2001 com um forte financiamento dos EUA.	Abarca Colômbia, Equador, Venezuela, Bolívia e Peru.

Fonte: GARCIA <<http://www.marxismalive.org/homeportugues.html>>